

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.194 - SP (2018/0322479-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : ANDREA CRESCENTE DOS REIS
AGRAVANTE : ELAINE CRISTINA CORREA
AGRAVANTE : GILMAR DONIZETI BORGES
AGRAVANTE : INGRID VICTORIA STENICO GONCALVES DA CRUZ
ADVOGADO : WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
AGRAVANTE : JAIR COSTA MOREIRA
AGRAVANTE : MARCOS DE ALMEIDA TEODORO
AGRAVANTE : MARIA BENEDITA DA COSTA RODRIGUES
AGRAVANTE : MARIA CORREIA
AGRAVANTE : OSVALDO XAVIER DOS SANTOS
AGRAVANTE : ROSE MARY CRESCENTE DOS REIS
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
AGRAVADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Ingrid Victoria Stenico Gonçalves da Cruz e outros contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu recurso especial com amparo na inexistência de violação da lei federal e no óbice da Súmula 7/STJ.

O apelo nobre foi manejado, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão assim ementado:

ACÇÃO DE COBRANÇA - Recálculo de quinquênios e sexta-parte concedido em mandado de segurança - Pretensão ao recebimento da aludida verba no quinquênio anterior à impetração do writ - Embora haja a possibilidade da exigência das verbas no período vindicado pelos autores, é imprescindível que a sentença concessiva da segurança tenha passado em julgado, o que não ocorreu no caso em tela - Ausência de pressupostos indispensáveis à regular apreciação do mérito.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Manutenção da fixação de Primeiro Grau - Majoração em mais metade do valor fixado em Primeiro Grau ante o disposto no art. 85, par. 11 do CPC.

Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 287/296).

No apelo nobre, os recorrentes apontam violação dos arts. 3º, 4º, 17 e 502 do CPC/2015; 14, § 4º, da Lei n. 12.016/2009.

Superior Tribunal de Justiça

Destacam que "o mandado de segurança coletivo não dá origem a outra execução que não seja aquela de valores não pagos entre a impetração e o apostilamento concedido pela segurança definitiva" (e-STJ, fl. 309).

Defendem, por isso, o cabimento da presente ação de cobrança, registrando que "[...] o direito material já se encontra sedimentado, pois ocorreu o trânsito em julgado material do que fora concedido na segurança do *writ* coletivo n. 0600594-25.2008.8.26.0053" (e-STJ, fl. 309).

Argumentam que a exigência do trânsito em julgado do *writ* configura excesso de formalismo, mas, caso se entenda por sua necessidade, o julgado infringe o art. 313, V, "a", do CPC/2015, ante a ausência de suspensão do feito.

Sem contrarrazões.

Em manifestação de e-STJ, fls. 349/350, o MPF opina pelo não provimento do recurso especial.

É o relatório.

Preenchidos os requisitos legais, com base no art. 253, parágrafo único, II, "d", do RISTJ, dou provimento ao agravo e determino a reautuação do feito como recurso especial para melhor análise da questão suscitada, sem prejuízo de novo exame acerca do cabimento do apelo nobre, a ser realizado no momento processual oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator